

- LXVI -**FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS ESCOLARES
COMO ESTRATÉGIA PARA QUALIFICAR A GESTÃO
DEMOCRÁTICA NA ESCOLA****Renato Saldanha Bastos**Instituto Federal do Sul de Minas –
renato.bastos@ifsuldeminas.edu.br**Giovanna Rodrigues Cabral**Universidade Federal de Lavras
giovanna.cabral@ufla.brGEPPEDUC - Grupo de estudos, pesquisa e extensão em
Gestão e Políticas Públicas para Educação/UFLA

Neste artigo apresentamos um trabalho realizado no âmbito do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares cuja proposta foi a de realizar um levantamento das instâncias colegiadas constituídas nas escolas públicas municipais de um pequeno município, localizado na zona da mata mineira e, a partir dessa observação, construir ações para qualificar o trabalho participativo no espaço escolar.

Entendemos que, para que a gestão democrática seja um instrumento de transformação das práticas escolares, é necessário que os documentos norteadores da prática educativa sejam fruto de uma construção coletiva e participativa, pois o Conselho precisa ter conhecimento da função social à qual a escola se propõe, levando em consideração a singularidade dela e dos diferentes atores que a compõe. Assim, ao compreendermos a gestão democrática como um processo em construção permanente, colocada em prática principalmente por meio do Conselho escolar (este refletindo em toda a comunidade escolar), entendemos a necessidade de reformular as diretrizes para participação no Conselho e o comprometimento de seus membros para que o mesmo possa se envolver ativamente no processo de organização e implementação de melhorias que atendam às necessidades do coletivo da escola.

Para alcançarmos os objetivos propostos mapeamos as seis instituições públicas de ensino da rede municipal, levantamos informações sobre a participação da comunidade escolar na gestão compartilhada das escolas públicas, caracterizamos as especificidades de atuação de um Conselho escolar e propusemos ações para melhorar a participação desse órgão colegiado nos espaços educativos observados. Ainda que as questões observadas e as ações propostas para cada escola da rede tenham suas semelhanças, neste trabalho o destaque foi dado para a escola que funciona na região central do município, por ser a maior e mais antiga instituição local de ensino.

A escola observada segue as diretrizes unificadas para a rede municipal de ensino. Dentre elas, ficou evidenciado que é função do colegiado elaborar e submeter ao Departamento de Educação, anualmente, o seu projeto político pedagógico (ou a revisão do mesmo), instrumento no qual o coletivo da escola identifica as concepções de educação que irão nortear as práticas a serem desenvolvidas no cotidiano escolar, bem como as orientações pedagógicas para o trabalho de professores, alunos e equipe de apoio. Observando a realidade da escola, verificou-se que os membros do Conselho que são externos à instituição apresentam dificuldades em discutir questões educacionais, carecendo de formação na área para fortalecer e embasar suas ações dentro do mesmo. Esse conhecimento sobre as funções que devem desempenhar no âmbito dos Conselhos e sobre temáticas educativas evitaria que esses membros não tenham voz ativa e sigam quaisquer sugestões e ideias por desconhecimento sobre os temas discutidos. Em outros momentos, também foi percebido que quando convocado, o Conselho não se apresentava com a maioria de seus componentes, inviabilizando a tomada de decisões coletivas. Essas questões apontadas prejudicam a participação democrática efetiva nessa escola.

Na propositura de ações para a melhoria das condições de participação nesta escola observada, fez-se necessário um estudo diagnóstico acerca das instâncias colegiadas existentes nesse espaço, conhecer como elas se organizam, como elas funcionam, quem são seus membros, como se efetiva a representatividade, a periodicidade de reuniões, a natureza do regulamento, as formas de eleição dos representantes, como se dão as interações com a comunidade, como é feita a prestação de contas da escola, como se registram as ações do Conselho escolar, entre outras questões. Nesse sentido, uma análise sobre a realidade das instâncias representativas se constitui como uma importante iniciativa para o fortalecimento dos Conselhos escolares

Assim, após as observações iniciais, para levantamento das informações sobre as instâncias colegiadas na escola foi aplicado um questionário junto à comunidade escolar (professores, alunos, funcionários administrativos e pedagógicos), no sentido de verificar a situação da participação, as ideias e entendimentos de cada segmento da comunidade escolar sobre o assunto.

A partir dos dados coletados, apuramos a percepção dos envolvidos e conhecemos como acontece a participação e gestão democrática no âmbito da escola. Nas observações e levantamentos iniciais algumas questões ficaram em evidência: a insegurança do gestor em dividir a responsabilidade pela escola; a falta de participação efetiva dos membros do Conselho; o desconhecimento de suas atribuições e da importância de sua atuação na escola, em grande parte pela falta de iniciativa, omissão e despreparo dos próprios conselheiros; ausência de mobilização dos alunos para efetivação do grêmio estudantil; dificuldades dos pais e familiares em estarem presentes na escola, acompanhando as crianças em sua trajetória escolar.

Diante dessas questões foram pensadas algumas estratégias para melhorar os impasses levantados e criar condições favoráveis para a efetivação do trabalho coletivo na escola. Uma questão que ficou em evidência foi o desconhecimento por parte dos conselheiros dos papéis que desempenham no processo educativo e da importância de opinar e decidir sobre a escola que se quer, seus rumos, suas necessidades e suas ações na concretização de sua função de educar. Nessa direção, faz-se necessária a definição clara de atribuições e o papel político do gestor e do Conselho Escolar, destacando as atribuições comuns das duas instâncias e suas formas de articulação.

Assim, consideramos que uma das ações mais importantes para fortalecer as instâncias democráticas na escola é empoderar de conhecimento pais, professores, funcionários, alunos e representantes da comunidade escolar para que eles passem a estar presentes na escola não como meros fiscalizadores ou expectadores, mas para que se vejam como coautores de uma gestão comprometida com a qualidade do ensino e com a articulação com as demandas da sociedade, agregando uma concepção de escola, que valorize a construção social, igualitária, integral e que reforça os direitos humanos garantidos.

Nessa direção, consideramos que a formação inicial e continuada para atuação como membros dos Conselhos escolares pode favorecer a efetividade das ações

colegiadas, uma vez que pode fazer com que conheçam os papéis que devem desempenhar na escola. Para isso o município pode pleitear a participação de seus conselheiros nos programas federais voltados para o fortalecimento dos conselhos escolares ou promover localmente essa formação necessária.

Por fim, é necessário compreender que dentro de espaços democráticos encontramos uma diversidade de visões, concepções e práticas, assim, deve-se considerar que é impossível não se pensar que conflitos ou confronto de ideias surjam em seu interior. Enfrentar essas questões e buscar práticas mais justas e construtivas impõe-se como um grande desafio para a escola. Cabe salientar que a forma de gestão democrática não se configura como um modelo pronto a ser seguido. É um processo de conquista, onde o gestor tem o importante papel de abrir as portas da escola, informando e divulgando suas ações e ideias, bem como envolver a comunidade escolar como um todo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. **Aceita um Conselho?** Como organizar o colegiado escolar; São Paulo; Cortez; 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal**. Brasília. 1988.

_____. **Lei n. 9.324** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. **Conselhos Escolares:** Uma Estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública. Brasília: MEC, SEB, 2007.

_____. **Conselho Escolar:** gestão democrática da educação e escolha do diretor. Brasília: MEC, SEB, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

RISCAL, Sandra A. Considerações sobre o Conselho escolar e seu papel mediador e conciliador. In: LUIZ, Maria Cecília. (org.) **Conselho escolar:** algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico, Conselho escolar e Conselho de classe:** instrumentos da organização do trabalho. 2007. Disponível em: <
http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/176.pdf >. Acesso em 06
nov. 2017